

ATA DA 392ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos três do mês de outubro do ano dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Presidente do Senhor Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Valle Vernaschi. Presentes os (as) Conselheiros (as): Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Alexandre Orsi Netto, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horacio Xavier Franco Neto, Kathya Beja Romero, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Pedro Antonio de Avellar, Wagner Ribeiro de Oliveira, Alderon Pereira da Costa, e Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques. Ausentes justificadamente os Conselheiros Rafael Bessa Yamamura e Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Presidente iniciou a sessão às 09h54min, encaminhando para aprovação as atas das 375ª, 376ª e 377ª Sessão Ordinária, sendo aprovadas por unanimidade. Comunicou que, no próximo dia seis de outubro, haverá uma reunião entre a Defensoria Pública Geral, a Segunda e Terceira Subdefensorias em conjunto com os Coordenadores Regionais das unidades, visando a capacitar e o desenvolver a função de gerenciamento das unidades, que considerou de extrema importância. Comunicou que foram iniciadas a distribuição das agendas de 2015. Noticiou que, enviaria um documento digitalizado sobre a judicialização por Defensor Público que argumentava a necessidade de aplicação da Lei Complementar nº 80 e contrariava o entendimento do Conselho ao concurso de promoção do nível III para o nível IV, relativo ao ano de 2013. Informou que a decisão do juiz não enfrentava o mérito, acarretando a suspensão do certame. Contudo, avaliou que a discussão das impugnações constantes em pauta, seria inviabilizada, devendo ser retiradas de pauta. O Conselheiro Wagner Ribeiro sugeriu a realização de sessão extraordinária, a fim de serem debatidas questões de outros concursos. O Conselheiro Pedro Avellar informou que havia protocolado um pedido de alteração da Deliberação CSDP nº 244/12, e sugeriu que fosse iniciada a discussão no bojo do processo CSDP nº 318/14. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo deliberado, por unanimidade, nos termos da sugestão do Conselheiro Wagner Ribeiro, designar a sessão extraordinária para as 14hs no dia nove de outubro, antes do julgamento do processo administrativo disciplinar, previsto para as 16hs. Por fim, o Presidente levantou a possibilidade de antecipação da sessão que ocorreria no dia vinte e quatro de outubro, em decorrência do evento promovido pela ANADEP e APADEP, que tratará sobre a Emenda Constitucional nº 80. Sugeriu a antecipação da sessão para o dia vinte e três de outubro, quinta-feira, possibilitando a participação de toda a carreira ao evento agendado para o dia vinte e quatro de outubro, sexta-feira. Após, o Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar a modificação de data da 395ª Sessão Ordinária para o dia vinte e três de outubro. Após, passou-se as comunicações da Secretaria. Comunicou que, no próximo dia 09/10, a sessão extraordinária de julgamento do Processo Administrativo Disciplinar será realizada no prédio sede da instituição, localizada na Rua Boa Vista, 103 – 7º andar. Justificou a ausência do Conselheiro Rafael Bessa em razão de férias, e a ausência do Conselheiro Luiz Eduardo em razão de licença médica. Em seguida, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à Sra. Kelly Lima, Representante da ASBRAD de Guarulhos. Ela relatou que sua instituição é conveniada com a Defensoria Pública, e citou que trabalha com casos de criança, menores, mulheres em situação de violência. Apontou que o convênio possui um marco regulatório, mas mostrou preocupação, pois está se encerrando. Nesse sentido indagou se haverá renovação, justificando que há cerca de quatro mil processos em andamento. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra à Sra. Michael



Mary Nolan, membro do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral. Ela informou que acompanha a Defensoria Pública desde o começo de sua implantação e reforçou o pedido para que houvesse uma discussão profunda sobre os convênios, com a participação da sociedade civil, diante das mudanças da legislação, inclusive as exigências do Tribunal de Contas do Estado. O Presidente respondeu que a instituição está aberta para a discussão, e citou que o Tribunal de Contas do Estado modificou a legislação para exigir a realização de convênios precedidos por editais, além de regras de contratação. Considerou ser necessário um diálogo constante para aprimoramento dos editais, e reforçou que a administração está aberta para travar debates com as entidades da sociedade civil. Esclareceu que o convênio com a ASBRAD está em fase de elaboração de minutas de renovação junto à Assessoria de Convênio, no qual buscará informações com Dra Paula Barbosa. Em seguida, franqueou a palavra à Coordenadora da Assessoria da Qualidade, Dra Leila Sponton, a fim de apresentar dados sobre o serviço de teleatendimento e telegendamento nas cidades de Guarulhos, Campinas e Capital, no período de abril a setembro de 2014. Após a longa apresentação, o Presidente agradeceu e parabenizou a todos os envolvidos no trabalho desenvolvido pela Assessoria da Qualidade, e considerou que os dados apresentam uma melhoria na qualidade do atendimento, mas ponderou a necessidade de trabalhar em soluções pontuais para os problemas. Observou que atendimentos mais graves são realizados sem agendamento prévio, por Defensores Públicos. Considerou que o telegendamento não está provocando uma mudança no público-alvo da instituição, mas possibilitando o acesso a pessoas não hipossuficientes. Nesse sentido, afirmou que cerca de quatro por cento das pessoas têm denegado o atendimento por sua condição financeira, e citou ser o mesmo percentual da época em que não existia o telegendamento. Por fim, considerou ser necessário o aprimoramento da checagem da renda dos usuários, motivo pelo qual é conferindo dados novamente no momento do atendimento presencial. Com relação ao alto índice de ausências às datas marcadas, mostrou a necessidade de criar mecanismos que diminuam a abstenção que atrasa a fila de atendimento. O Conselheiro Alderon Pereira parabenizou a equipe da Assessoria da Qualidade pela apresentação, e ressaltou a importância do diálogo permanente. Apontou que a Ouvidoria-Geral mantém diálogo aberto sobre atendimento com o órgão, tendo inclusive ocorrida reunião esta semana com a Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas-Gerais. Mostrou preocupação em melhorar a transparência dos dados, pois mostrou dificuldades para acessar informações da empresa que faz o telegendamento e os da Assessoria da Qualidade. Nesse sentido, aproveitou o ensejo para indagar a diferença entre as duzentas mil ligações atendidas no período e apenas noventa mil agendamentos. O Servidor Renato Seixas justificou que a diferença nesses números se dá em razão do dinamismo do sistema de telegendamento, pois muitos usuários se consideram satisfeitos pelas informações gravadas, há outra possibilidade em razão de parte das chamadas registradas serem realizadas por usuários que querem complementar um atendimento já iniciado, visando sanar dúvidas, ou casos que são atendidos por encaminhamento, sem o prévio agendamento. Manifestou preocupação com os casos de urgência, e pontuou ser inviável encaminhar os usuários diretamente às unidades. Com relação aos idosos, observou que o atendimento está evoluindo, mas mostrou a necessidade de melhorar ainda mais, pois a pessoa ainda precisa ouvir a parte inicial da ligação. Apontou que a questão da renda também está sendo debatida pela Ouvidoria, e mostrou a importância de adotarem-se medidas voltadas a melhorar o atendimento na triagem. Considerou que o retorno do usuário para aprovação de sua renda gera expectativas que podem ser frustradas. Relatou que, na última quinta-feira, havia recebido a informação de que o atendimento à creche não estaria mais sendo feito na capital, e pediu esclarecimentos.

Por fim, sugeriu a criação de um sistema de monitoramento constante do teleatendimento. O Conselheiro Augusto Guilherme parabenizou a Assessoria da Qualidade e a Ouvidoria pelo trabalho desenvolvido. Inicialmente destacou a necessidade de maiores cuidados com os idosos, além da satisfação acerca do percentual de pessoas que compareceram à Defensoria. Mostrou sua preocupação com a questão da possibilidade de agendamento presencial nas Unidades, diante da dificuldade durante as ligações. Mostrou a importância da realização de algum estudo de perfil socioeconômico sobre os usuários da Defensoria Pública, visando identificar se as pessoas com menor renda estão deixando de ser atendidas, além de elaborar formas de fazer com que elas cheguem à instituição. O Conselheiro Horácio Xavier considerou importante existir uma alternativa ao atendimento por telefone. Manifestou preocupação sobre o atendimento a pessoas mais pobres, das classes D e E, mencionando que talvez a Defensoria atenda com mais frequência à classe C. Compartilhou a sugestão de estudo sobre o acesso de classes atendidas pela instituição, e avaliou que o alto percentual de pessoas que se dizem satisfeitas com o atendimento não impeçam que sempre se busque melhorar o trabalho. O Conselheiro Bruno Napolitano avaliou que o teleatendimento provocou uma mudança de paradigma. Informou que, desde o dia vinte e nove de abril, houve várias medidas adotadas para conter a agenda. Com relação à fala da Ouvidoria-Geral, ressaltou que mesmo com alto índice de absenteísmo diário, o horário de término da atividade tem sido por volta das 12h30min. Observou que a atividade é realizada sem prejuízo das atribuições ordinárias, e mostrou preocupação com o impacto nas audiências vespertinas, caso houvesse retardamento do atendimento. Nesse sentido, esclareceu que o norte da Segunda Subdefensoria seria, neste primeiro momento, adotar medidas emergenciais de contenção da agenda, que será sanada com o incremento de estagiários a serem credenciados para o setor. Com relação aos casos urgentes, considerou que a discussão permanece no contexto da descentralização. Citou que as Unidades e Pólos que realizam um segundo atendimento não estariam prontos para aumentar a demanda, podendo causar um colapso no atendimento diário, pois não há previsão da quantidade. Pontuou que há uma variação na graduação da urgência de acordo com o contexto de cada caso concreto, levando a constatação do elevado índice de absenteísmo, assim como para os casos urgentes. Com relação à renda dos usuários, afirmou ser impossível checar a documentação apenas por telefone, e reforçou a necessidade de conferir pessoalmente, mas abordou que os Defensores Públicos estão pulando essa fase quando não há a indicação do sistema Defensoria OnLine. Por fim, mostrou a importância dos atendimentos presenciais, mas considerou não ser uma demanda simples, pois precisa de capacitação adequada de servidores e melhoria na capacidade das unidades. A Conselheira Kathya Beja Romero parabenizou a todos envolvidos na apresentação, e colocou a Corregedoria à disposição para participar da reunião com a Ouvidoria e Assessoria de Qualidade, visando compartilhar dados de uma pesquisa realizada pela Corregedoria. A Representante da APADEP, Franciane Marques parabenizou a equipe da Assessoria da Qualidade, e sugeriu que a apresentação fosse disponibilizada no relato da sessão, por considerar um trabalho muito didático. Enalteceu a fala do Segundo Subdefensor sobre o equacionamento do atendimento, capacitação ao trabalho, e especialmente com relação ao horário de término da atividade. Considerou que o atendimento em qualquer local, preciso ser amplamente discutida, pensada e planejada. Lembrou que houve experiência semelhante na área criminal que trouxe muitos transtornos, após questionou se celulares e números de outros Estados podem fazer a ligação de graça para o “0800” do teleatendimento. A Coordenadora da Assessoria da Qualidade, Dra. Leila Rocha respondeu dizendo que as ligações são possíveis a partir de celulares, mas mencionou que futuramente será expandido para outros Estados. Comentou que a Assessoria da Qualidade exerce suas atividades

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in blue ink. From left to right, there is a large, stylized signature, a smaller signature, a set of initials 'AA', a signature that appears to be 'X', a signature that appears to be 'D', a signature that appears to be 'A', and a signature that appears to be 'M'. There are also some other marks and scribbles on the right side of the page.

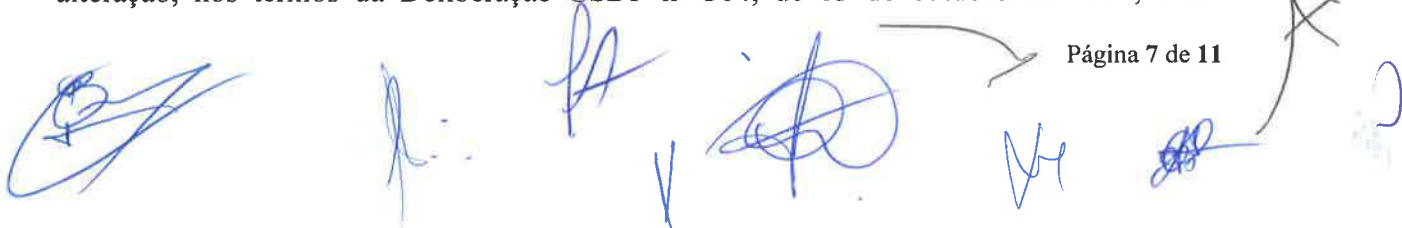
sempre com um planejamento, considerando que a equipe é pequena e enxuta, mas trabalha com várias outras frentes além do teleatendimento, citando o DOL que aos poucos vai trazer melhorias para todo Estado, e também o Modulo de Indicação de Advogados. Com relação ao absenteísmo, relatou que houve um aumento de 400 para 510 atendimentos diários na Capital, em decorrência das ausências de usuários. Nesse sentido, mencionou que está sendo realizado um estudo para identificar a melhor forma de agendar e desmarcar automaticamente o atendimento do usuário pela internet, podendo ocorrer também por via celular. Com relação aos Idosos, abordou que o objetivo é aumentar o número de linhas de atendimento, porém dependem de contratações podendo aumentar o orçamento da instituição. Informou que teve a notícia sobre o suposto fim dos atendimentos sobre vagas em creche, pois os casos continuam sendo atendidos, no período da tarde. Por fim, sobre o perfil dos usuários da Defensoria Pública, relatou que está sendo elaborada uma nova pesquisa de satisfação, visando buscar informações sobre a condição socioeconômica da pessoa. O Ouvidor-Geral, Alderon Pereira informou que tem recebidos manifestações de várias unidades, pedindo para que fosse dada maior atenção. Após a apresentação e esclarecimentos, o Presidente passou às manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Ouvidor-Geral, Alderon Pereira destacou que, na última terça-feira, esteve na Unidade Prisional de Parelheiros, e mostrou preocupação com a juventude presa, estando encarcerados até os 25 anos. Relatou que, na última quinta-feira, esteve em reunião com o Secretário Municipal de Segurança Urbana, no qual mostrou preocupação com relação a Guarda Civil Metropolitana e a população em situação de rua. Sinalizou que o Secretário verificará uma possibilidade de destacar um grupo de guardas especializados para atender essa população. Por fim, lembrou do massacre do Carandiru, ocorrido há 22 anos, e informou que o Movimento Passe Livre em conjunto com o Movimento Mães de Maio realizaram um ato em memória do incidente. A Corregedora-Geral, Kathya Beja informou que, nesta semana, esteve no encontro do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais, e relatou que os Corregedores manifestaram preocupação com o impacto da emenda nº 80, com relação aos relatórios mensais que serão preenchidos pelos Defensores Públicos. Informou que o Colégio pretende uniformizar os relatórios, a fim de simplificar a coleta de dados. Informou que a Corregedoria Paulista busca uma parceria com a Edepe, visando encontrar espaço para discutir-se o tema nos Pré-Encontros e no curso de formação de Defensores. Citou que durante o desenvolvimento do sistema Defensoria OnLine foi impossível obter dados que reflitam a realidade, diante de problemas técnicos, assim, apontou que a Corregedoria Geral busca, em conjunto com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, a elaboração de um relatório para que fosse substituído a versão digital e simplificada. A Representante da Apadep, Franciane Marques apontou que os Defensores Públicos por vezes não preenchem os relatórios por falta de tempo, em decorrência da elevada carga de trabalho, e mostrou a importância instituir um quadro de apoio para auxiliar na produção dos relatórios, além de melhorar a qualidade dos números coletados. A Corregedora Geral, Kathya Beja apontou que os Servidores já estão empenhados em auxiliar na produção dos relatórios, e relatou que o quadro de apoio também tem muitas atividades. Sugeriu a compra de leitores de código de barras para auxiliar no trabalho dos Oficiais que, assim, poderiam ajudar ainda mais com a coleta de dados. O Conselheiro Wagner Ribeiro considerou que algumas informações solicitadas no atual relatório não lhe parecem importante. Nesse sentido, sugeriu à Corregedoria-Geral que simplificasse os relatórios de forma que os dados fossem efetivamente utilizados pela instituição. O Conselheiro Bruno Miragaia analisou que o aprimoramento dos relatórios passa pela utilização de plataformas digitais, possibilitando a migração automática das informações para a Corregedoria-Geral, no momento em que o trabalho é desempenhado. O Presidente

manifestou que o ideal seria os Defensores Públicos utilizarem o sistema Defensoria OnLine em suas atividades cotidianas, e citou que o sistema Defensoria OnLine e o Modulo de Indicações estão em expansão e futuramente serão disponibilizados na Regional Vale do Ribeira. Considerou importante que o DOL tivesse uma interface com o E-SAJ, de modo que os Defensores Públicos pudessem peticionar diretamente no sistema da Defensoria Pública, entretanto essa integração depende do Tribunal de Justiça. O Conselheiro Luis Gustavo informou que houve avanços nas tratativas para a regulamentação das Supervecs, e informou que, na próxima semana, será instalada mais uma em Araçatuba, juntando-se com as Unidades de Ribeirão Preto e Campinas. Informou que a Terceira Subdefensoria, Assessoria Criminal e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação estão levantando dados dos Defensores Públicos, a fim de avançarem no cadastramento e treinamento para que possam atuar no E-SAJ. Informou ainda que, na próxima semana, será realizada uma nova reunião com o Núcleo de Situação Carcerária para validar os dados e posteriormente com os Defensores a cerca da distribuição digital dos processos. Mostrou a necessidade de estabelecer uma metodologia de atuação naqueles processos que tramitavam em comarcas sem atuação da Defensoria, e agora serão atendidos nas Supervecs. O Conselheiro Horácio Xavier manifestou que, na última sexta-feira, na Unidade de Mogi das Cruzes houve alagamento, que causou danos aos processos e na parte elétrica, forçando a suspensão dos atendimentos na segunda-feira seguinte. Pediu que a Coordenadoria Geral de Administração verificasse a estrutura das demais unidades, e aponte o andamento dos processos de locação de novos prédios para minimizar esses problemas. O Conselheiro Bruno Napolitano respondeu que a Coordenadoria Geral de Administração havia sido informada do ocorrido, e prontamente enviou uma equipe à Unidade para avaliar o problema. Relatou que foi constatado que uma obra realizada ao lado da Unidade entupiu a calha do prédio da Defensoria Pública, causando o alagamento. Informou que o vizinho responsável pela obra acionou o seguro, a fim de avaliar sua responsabilidade no ocorrido. Apontou que os danos foram sanados, e avaliou que o caso se trata de fato isolado de um problema causado por terceiros. Por fim, informou que há previsão de reunião na Unidade para a próxima terça-feira, dia sete de outubro, visando analisar toda a infraestrutura do prédio, especialmente, no tocante à quantidade de atendimentos diários. O Conselheiro Horácio Xavier mostrou preocupação com relação ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB, e os Defensores Públicos não estão pagando a anuidade, podendo atingir as prerrogativas dos Defensores caso aberto o procedimento a todos inadimplentes. Sugeriu que, se possível, o Defensor Público-Geral e a Corregedoria-Geral se reunissem com o Presidente da OAB para pedir esclarecimentos, e buscassem uma solução. Por fim, pediu que a Apadep acompanhasse o caso. A representante da APADEP, Franciane Marques informou que diversos Defensores Públicos relataram que foram intimados pelo TED devido a uma suposta inadimplência, e apontou que a Diretoria Jurídica da Apadep tomou a iniciativa de formar um grupo de debate envolvendo todos os associados, e emitiu-se um comunicado informando os procedimentos a serem adotados, inclusive com o auxílio do escritório de advocacia contratado pela Associação. O Presidente informou que se reunirá com a Corregedora-Geral para que possam discutir eventual agendamento de reunião com o Presidente da OAB. Informou que permanece a estratégia de pautar os Ministros do STF pela improcedência da ADI 4636, ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil. Informou que, na próxima semana, a Defensoria-Geral e Representantes do Condege e Anadep se reunirão com os Ministros Gilmar Mendes e Luiz Fux, a fim de tratar sobre a Emenda Constitucional nº 80, visando buscar apoio ao pleito. A Presidente da Apadep, Franciane Marques, informou que foi contratada a parte musical da festa de final de ano da Associação, que irá ocorrer em 5/12, às 22h. Informou que em breve um comunicado será

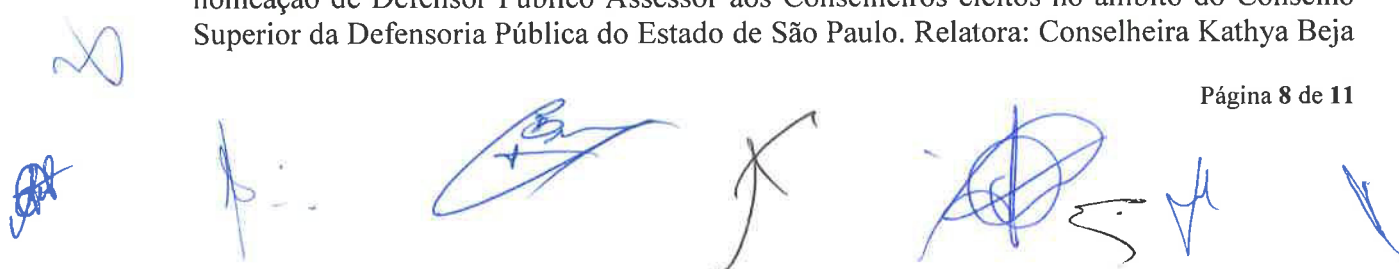


enviado aos associados com mais detalhes. Não havendo mais manifestações, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 361/13. Interessados: Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas Gerais. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2014. Relator: Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de homologar o resultado final do certame. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado final do certame, a ser publicado oportunamente. CSDP nº 321/14. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Pedido de afastamento para participação como palestrante no evento "II Encontro Estadual de Defensores Públicos de Direitos Humanos", a ser realizado no dia 10 de outubro de 2014. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado, após a apresentação de novo requerimento. CSDP nº 209/14. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de regulamentação da Bonificação de Resultados, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 1.219/2013. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar a proposta retificada. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta apresentada, encaminhando-se os autos à Defensoria Pública-Geral, a fim de publicar oportunamente o Ato Normativo da Defensoria Pública-Geral. Consigna-se que, após a discussão sobre a judicialização, haverá sessão extraordinária no dia nove de outubro às 14hs, a fim de discutir a continuidade dos processos de promoção, bem como as novas propostas aditadas ao processo CSDP nº 318/14. O Conselheiro Pedro Avellar sugeriu que a Secretaria do Conselho Superior encaminhasse aos Conselheiros a cópia dos requerimentos aditados. Após, registra-se que os demais processos de impugnação ao resultado do certame, foram retirados de pauta em razão de decisão judicial. CSDP nº 305/14. Interessada: Patricia Luciola Dias de Moraes. Assunto: Impugnação ao resultado final do Concurso de Promoção do nível III para o nível IV, publicado no DOE de 06 de setembro de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, sobrestar o feito em razão de decisão judicial. CSDP nº 307/14. Interessada: Fernanda Seara Contente. Assunto: Impugnação ao resultado final do Concurso de Promoção do nível III para o nível IV, publicado no DOE de 06 de setembro de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, sobrestar o feito em razão de decisão judicial. CSDP nº 308/14. Interessada: Camila Ueno. Assunto: Impugnação ao resultado final do Concurso de Promoção do nível III para o nível IV, publicado no DOE de 06 de setembro de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, sobrestar o feito em razão de decisão judicial. CSDP nº 309/14 Interessada: Sandra Maria Shiguehara Tibano. Assunto: Impugnação ao resultado final do Concurso de Promoção do nível III para o nível IV, publicado no DOE de 06 de setembro de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, sobrestar o feito em razão de decisão judicial. CSDP nº 316/14. Interessada: Patricia Simeonato. Assunto: Impugnação ao resultado final do Concurso de Promoção do nível III para o nível

IV, publicado no DOE de 06 de setembro de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, sobrestar o feito em razão de decisão judicial. CSDP nº 269/14. Interessada: APADEP. Assunto: Pedido de afastamento de Defensores Públicos para atividade associativa. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselheiro Pedro Avelar apresentou voto vista no sentido de endossar o voto do relator, que entendia ser atribuição do Defensor Público-Geral. A Representante da Apadep, Franciane Marques pediu vista dos autos. O Presidente encaminhou para discussão, sendo concedida, por unanimidade, a vista solicitada. Vista concedida à Associação Paulista dos Defensores Públicos. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu voto no sentido de deferir a proposta, com alterações contidas no voto e na planilha apresentada. O Conselheiro Augusto Guilherme manifestou o pedido de vista dos autos. O Presidente encaminhou para discussão, sendo concedida, por unanimidade, a vista solicitada. Vista concedida ao Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. CSDP nº 246/14. Interessado: Ricardo Lobo da Luz. Assunto: Relatório de atividades desenvolvidas no período de 05 de julho de 2013 a 04 de julho de 2014, junto ao Ministério da Justiça. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório. O Presidente encaminhou discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do afastamento do Defensor Público Ricardo Lobo da Luz. CSDP nº 267/14. Interessada: Elaine Moraes Ruas Souza. Assunto: Impugnação ao resultado final das inscrições aos membros e colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselheiro Augusto Amorim leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o pedido da interessada, e justificou que a inscrição deveria ser realizada junto ao Conselho, conforme previsto em edital. Por fim, recomendou que todos os órgãos da Defensoria Pública que levem em consideração, para efeito de tempestividade, a data do protocolo no local de destino, salvo autorização expressa e prévia em sentido inverso. O Conselheiro Alexandre Orsi avaliou que a recomendação traz riscos, e relatou que a inscrição foi recebida em cima da hora para apresentar seu dificultoso voto, no dia seguinte. O Conselheiro Wagner Ribeiro manifestou ser contra a recomendação, de modo que não fossem permitidas mudanças. Citou que o edital previa o envio da inscrição por e-mail, que salvo falha do sistema, tem o comprovante de entrega. O Conselheiro Horácio Xavier avaliou que a recomendação pode acabar dificultando os trabalhos. O relator retirou o pedido de recomendação, a fim de evitar futuras impugnações. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indeferir o recurso da interessada. CSDP nº 355/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta de alteração, nos termos da Deliberação CSDP nº 304, de 03 de outubro de 2014, a ser

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by a smaller signature, a set of initials 'H', a signature with a large circular flourish, a signature 'V', a signature 'M', and a signature 'A'. To the right of these signatures, there is a large handwritten 'X' and a circled 'D'.

publicada oportunamente. Impedido o Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. CSDP nº 274/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2014). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Consigna-se que a sessão ordinária foi encerrada às 13h49min, sendo prorrogando-se os demais processos da ordem do dia. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/12. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 254/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de distribuição de cargos da carreira de apoio da Defensoria Pública, criados pela Lei Complementar Estadual nº 1.203/13. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 351/13. Interessados: Ouvidoria Geral da Defensoria do Estado, Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito e o Instituto Luíza Gama. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 359/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 114/14. Interessado: Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de Deliberação que concede afastamento, verba de representação e possibilita a nomeação de Defensor Público Assessor aos Conselheiros eleitos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Kathya Beja



Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 198/14. Interessado: CONDEPE. Assunto: Apresentação da lista tríplice para preenchimento do cargo de Ouvidor - Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A representante da APADEP, Franciane Marques disse que a escolha do próximo Ouvidor-Geral deveria pautar se na reforma da lei 988. Faltaria indicar os nomes. O Conselheiro Pedro levantou questões polêmicas nesse processo. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 253/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Correição Extraordinária, após deliberação do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e colaboradores dos Núcleos Especializados. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 265/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório

A series of handwritten signatures and initials in blue ink are located at the bottom of the page. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by a smaller signature, then the initials 'BA', a signature that appears to be 'PD', and another signature that looks like 'MH'. To the far right, there is a large, simple signature that resembles a stylized 'K' or 'R'.

Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2014). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 273/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Final da Coordenação do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 286/14. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Jabaquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 21/06 (que cria as Defensorias Públicas Regionais da Capital e de sua Região Metropolitana). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 303/14. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 30/07 (que fixa o número de Estagiários de Direito no âmbito da Instituição). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Tu Moon Ming, Oficial de Defensoria, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos três dias do mês de outubro do ano de 2014.



Rafael Valle Vernaschi
Presidente



Bruno Diaz Napolitano
2º Subdefensor Público-Geral




Alexandre Orsi Netto
Conselheiro



Kathya Beja Romero
Corregedora-Geral



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
3º Subdefensor Público-Geral



Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro




Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro




Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro



Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro



Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral



Franciane de Fátima Marques
Representante da Apadep